

Gerardo Margela



**VERIFICAÇÃO** Serys deve integrar missão que vai avaliar atuação de brasileiros no Haiti

## Missão vai acompanhar pacificação do Haiti

Presidente do conselho consultivo da Confederação Parlamentar das Américas (Copa), a senadora Serys Shlessarenko deverá integrar a missão de observação da entidade que visitará o Haiti nos próximos dias. O objetivo da visita é verificar os resultados obtidos pelas forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) naquele país, coordenadas pelo Brasil.

Página 2

## Gil explicará em comissão o orçamento para cultura

A Comissão de Educação do Senado deve receber na terça-feira, a partir das 10h, o ministro da Cultura, Gilberto Gil. Ele vai fazer uma exposição sobre o orçamento de seu ministério para o próximo ano. Depois da audiência, a comissão deve iniciar o exame de 130 propostas que se encontram em sua pauta de trabalhos.

Página 2

# Acompanhar o Orçamento pode ficar mais fácil

Senado testa sistema que permitirá consulta *on-line*. Cidadão poderá saber, por exemplo, se determinado município recebeu verba de algum programa mantido pelo governo federal

Página 3

## Informações cruzadas

O Siga cruza vários bancos de dados oficiais, como:

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) do Tesouro Nacional;

Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor) da Secretaria de Orçamento Federal;

Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) do Ministério do Planejamento, principal base de dados do Plano Plurianual (PPA) de investimentos federais; e

Sistema de Elaboração Orçamentária do Legislativo (Selor), do Congresso Nacional.



Roosevelt Pinheiro



**CONSTATAÇÃO** Simon afirma que o vinho nacional melhora de qualidade e ganha prêmios no exterior

## Padronização do vinho deve ser definida pelo Senado

Projeto de lei da Câmara que estabelece padrões a serem seguidos na produção e comercialização do vinho brasileiro, em razão das normas do Mercosul, deve ser votado pelo Plenário do Senado. Um dos relatores da proposta, o senador Pedro Simon observou que a adequação do vinho brasileiro aos padrões internacionais deverá elevar a participação no mercado externo.

Página 2

## TV que vai divulgar o Brasil já tem comitê gestor

O presidente Lula já assinou o decreto que cria o comitê gestor para instalar e operar o canal de televisão que transmitirá, no exterior, programação destinada a tornar o Brasil mais conhecido. O projeto resulta de parceria entre os três Poderes, abrangendo não apenas os aspectos técnicos e de conteúdo, mas também o orçamento.

Página 4



**INICIATIVA** Gilberto Gil retorna ao Senado depois de 20 dias; em setembro participou de audiência

## Gil explica na CE orçamento do ministério

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, vai comparecer nesta terça-feira, a partir das 10h, na Comissão de Educação (CE), para fazer uma exposição sobre o orçamento de seu ministério para 2005. A idéia de ir à comissão partiu do próprio ministro e foi imediatamente aceita pelo presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR).

Gil retorna ao Senado depois de 20 dias. Em setembro, tomou parte de audiência pública que debateu a proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

A CE examinará ainda 130 itens da pauta, dos quais 120 são projetos de decreto legislativo relativos à renovação de concessão e entrada em funcionamento de rádios.

Também consta da pauta projeto de lei, de autoria do senador José Jorge (PFL-PE), que flexibiliza o sistema de credenciamento das instituições que oferecem cursos e programas de educação a distância.

Os senadores deverão apreciar a proposta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que cria o Dia Nacional da Consciência Negra, a ser comemorado no dia 20 de novembro.

# Missão fiscaliza trabalho da força de paz no Haiti

Observadores da Confederação Parlamentar das Américas também estarão no Uruguai

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do Conselho Consultivo da Confederação Parlamentar das Américas (Copa), deverá integrar a missão de observação da entidade que irá ao Haiti nos próximos dias. O objetivo da visita é verificar os resultados obtidos pelas forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) naquele país, coordenadas pelo Brasil.



**FISCALIZAÇÃO** Serys deverá fazer parte do grupo que avaliará atuação de brasileiros em território haitiano

A decisão foi tomada durante reunião do Comitê-Executivo da Copa, realizada na semana passada em Porto Rico. Foi aprovado ainda o envio de

observadores para as eleições presidenciais do Uruguai, que ocorrerão em outubro próximo, bem como o início dos preparativos para a organização da 6ª Assembléia Geral da entidade, que será realizada em Foz do Iguaçu (PR), em maio de 2005.

As informações foram prestadas pela deputada Maninha (PT-DF), presidente da Copa. Para ela, o envio de parlamentares ao Haiti e ao Uruguai faz parte do processo de fortalecimento da entidade como mediadora de processos políticos nas Américas e no mundo.

A Confederação Parlamentar das Américas foi fundada em 1997 e reúne representantes de 35 legislativos do continente.



## Plenário vota padronização do vinho brasileiro

O Plenário do Senado poderá votar na terça-feira os pareceres dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) ao projeto de lei da Câmara (PLC 89/00) que estabelece os padrões a serem seguidos na produção e comercialização do vinho brasileiro em razão de normas do Mercosul. O projeto define os vários tipos, assim como estabelece categorias de acordo com a cor e o teor de açúcar, além de fixar parâmetros de graduação alcoólica.

Tanto na Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado, quanto nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS) do Senado, a matéria mereceu elogios por parte dos relatores. Os parlamentares entendem que essa adequação do vinho brasileiro aos padrões internacionais deverá elevar a participação do Brasil no mercado externo.

Simon observou que o vinho nacional vem melhorando de qualidade, chegando a ser premiado no exterior. Os investimentos feitos nas vinícolas do Rio Grande do Sul, responsáveis por 90% da produção brasileira, e a abertura de novas áreas produtoras no Vale do São Francisco (Bahia e Pernambuco) têm garantido equilíbrio nas trocas com o exterior – atualmente as importações respondem por 43,9% do consumo nacional.

Espera-se que o crescimento das exportações e da participação do vinho nacional no mercado interno possam permitir aumentar a renda e os empregos no setor. Isso deve ocorrer como resultado dos investimentos que estão sendo feitos nas regiões tropicais, em que é possível se produzir em qualquer época do ano, e também pelo plantio direcionado à fabricação de vinhos finos em regiões tradicionais.

## Agenda



### Judiciário e biossegurança na pauta de terça

Não haverá votação de projetos na sessão de hoje, prevista para as 9h. De caráter não deliberativo, é destinada aos discursos dos parlamentares. Na

terça-feira, o Plenário pode examinar os destaques apresentados à reforma do Judiciário e o projeto da Lei de Biossegurança.

### CAE analisa autorização para empréstimos

A próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) será realizada na terça-feira, às 10h. Os senadores analisam duas mensagens do Executivo, que solicita

autorização para a aquisição de empréstimo externo de até US\$ 100 milhões para a segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde; e de cerca de

US\$ 505 milhões para o Primeiro Empréstimo Programático para a Sustentabilidade Ambiental, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (Pafib).

### Golpe na Venezuela

Neste sábado, às 15h, a TV Senado reapresenta o documentário *A Televisão não Será Televisonada*. O filme mostra a influência da mídia na articulação do golpe que tirou Hugo Chávez do poder por 48h.

### Duetos da MPB

O *Música do Brasil* desta semana apresenta canções interpretadas por duetos de cantores da MPB, como Cauby Peixoto e Jorge Ben; Carmem Miranda e Luis Barbosa. O programa vai ao ar na Rádio Senado amanhã, às 16h.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Senado discute proposta de orçamento impositivo



**DISCUSSÃO** Antonio Carlos adiantou sua disposição de rever alguns pontos da proposta de sua autoria

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), autor da proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna o orçamento impositivo, incluída na pauta da sessão do Senado da próxima terça-feira, afirmou à Agência Senado que não foi procurado para nenhuma negociação em torno da matéria. Ele disse que está empenhado na aprovação da PEC, mas adiantou sua disposição de rever alguns pontos da proposta, pela importância da iniciativa para o país.

A principal restrição dos técnicos do governo à PEC 22/00 é que o Orçamento federal já possui um caráter impositivo e que a aprovação da proposta poderia minguar ainda mais os recursos sobre os quais o Executivo delibera. As chamadas despesas primárias, que incluem o custeio da máquina administrativa e a execução das políticas e ações de governo, estão projetadas em R\$ 412 bilhões para 2005.

Desse total, R\$ 361,7 bilhões (o correspondente a 87,8%) representam as despesas obrigatórias de origem constitucional. Despesas dessa natureza

têm de ser pagas independentemente do partido político que estiver no governo. Portanto, como alegam aqueles técnicos, o Executivo só poderá decidir sobre 12,2% do conjunto das despesas primárias do próximo ano, ou R\$ 50,3 bilhões.

Esse exemplo da estreita margem de decisão do governo, com números relativos a 2003 e a 2004, foi o exercício matemático que sustentou a posição contrária à PEC dos secretários do Orçamento Federal (SOF), João Bernardo de Azevedo Bringel, e do Tesouro Nacional (STN), Joaquim Levy. Os dois foram ouvidos em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na fase de instrução e discussão da proposta, no fim do ano passado. Ambos lamentaram o excesso de vinculações que, alegam, engessam o Orçamento.

## Antonio Carlos afirma que PEC não impõe engessamento ao governo

A proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães é uma resposta a uma das críticas mais frequentes à lei orçamentária brasileira, feita especialmente por parlamentares: a de que ela não passa de um “jogo de faz-de-conta” entre o Legislativo e o Executivo, no qual o primeiro aprova uma programação sabendo, antecipadamente, que o segundo não irá cumprir.

A PEC estabelece a obrigatoriedade da execução da lei orçamentária, atualmente autorizativa, e elimina o “contingenciamento”, que serve para o governo represar os gastos públicos no exercício. A proposta, porém, não impõe um engessamento ao governo, argumenta Antonio Carlos.

A exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, que há anos adota o orçamento impositivo, a proposição do senador pela Bahia prevê que o presidente

da República poderá solicitar o “cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, de dotação” orçamentária. Essas solicitações tramitarão em regime de urgência no Congresso Nacional e serão consideradas aprovadas se não forem deliberadas no prazo de 30 dias.

Nos Estados Unidos, o mecanismo é menos flexível para o governo e sua eficácia está sendo questionada. Conforme exemplo citado pelo senador César Borges (PFL-BA), em seu relatório favorável à PEC 22 e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), existe naquele país um mecanismo pelo qual o presidente norte-americano pede autorização para não executar determinada programação orçamentária.

– Contudo, caso o Congresso não o aprove em 45 dias, o crédito não pode ser cancelado e terá de ser executado – explica César Borges.

# Cidadão terá acesso a gasto público via Internet

■ Sistema a ser lançado pelo Senado estará disponível aos usuários no primeiro semestre do próximo ano

O Senado deve lançar depois das eleições municipais um sistema de consulta *on-line* das informações do Orçamento federal. De fácil acesso e considerado internacionalmente uma experiência inovadora, o Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga) estará disponível em uma primeira etapa para os gabinetes, as consultorias das duas Casas do Congresso e usuários especiais como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério do Planejamento. E chegará ao grande público no primeiro semestre de 2005.

Esse cronograma está planejado, segundo o responsável

pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (Conorf), Fábio Gondim, para que o sistema passe por uma nova bateria de testes antes que seja aberto totalmente ao público. A principal preocupação, segundo ele, é checar se a capacidade do servidor de 10 mil usuários e 500 acessos simultâneos comportará a nova demanda.

Em agosto de 2000, quando começou a ser desenvolvido para atender à Conorf, os consultores do Orçamento perceberam que o Siga seria uma boa ferramenta para dar transparência à sociedade sobre as receitas e os gastos públicos, desde sua elaboração até a execução e fiscalização.

### Liberação de verbas

O sistema poderá responder questões simples como, por exemplo, se um determinado município recebeu as verbas do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

O Siga cruza bancos de dados como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor), o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) – principal base de dados do Plano Plurianual (PPA) – e o Sistema de Elaboração Orçamentária do Legislativo (Selor).

A versatilidade e a rapidez do Siga têm despertado a curiosidade internacional. Os consultores do Congresso norte-americano, que estiveram há cerca de um ano em um seminário no Ministério do Planejamento e conheceram o sistema, revelaram, conforme Gondim, que não dispunham de uma ferramenta semelhante, que fornecesse informações gerenciais com tanta agilidade.



**VERSATILIDADE** Fábio Gondim (E) e Constantin Kladis destacam as vantagens oferecidas pelo novo sistema



## Manual do usuário orientará consulta no Siga

Para facilitar a utilização do sistema que permitirá ao cidadão o acesso via Internet às informações dos orçamentos públicos federais, a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) está finalizando a elaboração de um manual do usuário, que será impresso na gráfica da Casa, anunciou o diretor da área de desenvolvimento do Prodasen, Constantin Metaxa Kladis.

O servidor do Prodasen que será utilizado pelo Siga tem, atualmente, capacidade para 10 mil usuários, mas já está previsto o aumento da sua capacidade no próximo ano, disse o diretor da secretaria.

O Prodasen também está mantendo entendimentos com o Interlegis para divulgar, no primeiro semestre de 2005,

o sistema nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais. Apesar do desafio que envolve o lançamento do Siga para o grande público, o Prodasen, segundo Constantin, está preparado para garantir o bom funcionamento do sistema e a sua segurança contra a invasão por *hackers*.

Ele explicou que o Siga é de fácil acesso e versátil, que permite ser consultado tanto pelos especialistas em orçamento quanto por outros usuários. O sistema cruza os principais bancos de dados oficiais, incluindo os do governo federal e o do Congresso. E, de acordo com o diretor do Prodasen, será sempre um sistema em processo de atualização e aperfeiçoamento.

Para mostrar a versatilida-

de do Siga, Constantin disse que é possível selecionar a informação desejada de uma de suas bases e cruzá-la com qualquer outra base de dado. Por exemplo, cruzar os dados sobre mortalidade infantil com as verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) liberadas para um determinado município, para avaliar se os recursos estão sendo aplicados com eficiência.

O diretor informou, ainda, que o sistema foi construído, a partir de agosto de 2000, com a participação ativa da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf). “A integração foi tanta que viramos uma só equipe”, afirmou ele, acrescentando que houve um apoio decisivo da Mesa da Casa para o desenvolvimento do projeto.



# Lula cria comitê gestor para TV internacional

■ **Objetivo do canal é transmitir programação que torne o Brasil mais conhecido no exterior**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já assinou o decreto que cria o comitê gestor para instalar e operar o canal de televisão que transmitirá, no exterior, uma programação inteiramente destinada a tornar o Brasil mais conhecido internacionalmente em seus vários aspectos. O Comitê Gestor será formado por um representante da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presi-

dência da República, um do Ministério das Relações Exteriores, um da Radiobrás, um do Senado Federal, um da Câmara dos Deputados e um do Supremo Tribunal Federal (STF).

Há pelo menos um ano representantes dos três Poderes estudam a possibilidade de cooperação na operação de um canal internacional, cuja transmissão já é prevista no estatuto da Radiobrás. Um convênio entre os Poderes formalizará a parceria. A Radiobrás vai operar e administrar o canal internacional, gerido pelo comitê, mas todo o conteúdo será concebido de forma conjunta.

Participaram das reuniões iniciais o presidente da Radio-

brás, Eugênio Bucci, os secretários de Comunicação Social do Senado e da Câmara, Armando Rollemberg e Márcio Araújo, e o diretor de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal, Sérgio Amaral.

Além da cooperação na concepção técnica e de conteúdo, também haverá parceria na distribuição orçamentária, com 50% dos recursos vindos da Radiobrás, 20% do Senado, 20% da Câmara e 10% do STF. O secretário de Comunicação Social da Câmara, Márcio Araújo, destacou que a parceria entre os Poderes da República para a gestão da emissora de televisão é inédita e uma prova da maturidade institucional atingida

pelo país.

– O Brasil, no exterior, ou é desconhecido, ou é conhecido apenas por estereótipos, como o do país do futebol, o do país do samba, do turismo sexual, da violência, dos atentados ao meio ambiente e dos maus-tratos a crianças. É preciso mostrar também o outro lado do país, o das belezas naturais, da cultura riquíssima, da pesquisa científica, do debate acadêmico de alto nível e da própria busca incessante para resolver suas mazelas históricas – explicou Márcio Araújo.

## Parcerias

Segundo o secretário de Comunicação Social da Câmara, poderá haver ainda parcerias

com produtoras independentes, com canais de televisão particulares e com emissoras de países vizinhos e de língua portuguesa.

– Não será uma programação apenas chapa-branca, como se diz. Vamos mostrar o cinema brasileiro, poderemos organizar debates e apresentar informações sobre nossos vizinhos latino-americanos. Poderemos produzir documentários e especiais e até mesmo, mediante convênios, exibir produções de bom nível tanto independentes quanto de emissoras particulares – disse Márcio Araújo.

A negociação internacional com as operadoras de tevê a cabo ficará a cargo do Itamaraty.

## Bucci retifica informações publicadas no Senado

O presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, afirmou ontem, em entrevista à Agência Senado, que ainda não estão decididos alguns dos aspectos relacionados com a emissora de televisão com alcance internacional, ao contrário do que foi veiculado pela Agência Senado na quarta-feira e publicado pelo *Jornal do Senado* ontem. Ele disse que o nome da TV, por exemplo, ainda não foi escolhido. Também lembrou que não existem conversações com a DirecTV e a Sky para a emissão de sinal para o exterior de uma TV pública brasileira. Eugênio Bucci negou ainda que já esteja acertado que os países do Mercosul seriam os primeiros a receber o sinal da emissora e que haveria um cronograma prévio para a TV entrar em funcionamento.

De acordo com Bucci, o que existe oficialmente é a assinatura de um decreto pelo presi-

dente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, instituindo o comitê gestor para a formulação de proposta de prestação de serviços de televisão para o exterior, no âmbito da Radiobrás.

– Não há canal, datas nem prazos. Adoraria que uma TV pública estresse amanhã ou no mês que vem. Mas o que existe até agora é o que foi assinado pelo presidente Lula: a instituição de um comitê gestor para a formulação de uma proposta de serviços de TV para o exterior – informou, classificando de “informações desconstruídas” o que foi noticiado pelos veículos do Senado.

O presidente da Radiobrás ressaltou também que os próximos passos serão dados a partir da instalação do comitê.

– Vamos, como determina o decreto do presidente, instalar o comitê no âmbito da Radiobrás. Para isso expedi ofícios,

convidando os representantes dos outros Poderes da República. A partir daí, vamos formular propostas. Creio que em uns 20 dias teremos muitas idéias e novidades para mostrar – declarou, lembrando que há várias propostas entre as pessoas que participaram das primeiras discussões em torno da formação desse comitê.

Bucci afirmou no *site* da Radiobrás que a iniciativa pretende buscar parceiros entre as emissoras públicas do Brasil e de outros países da América do Sul, além de também buscar colaboração com as emissoras privadas que produzam conteúdos de interesse público. “Nossa idéia é estimular ainda mais o intercâmbio cultural entre os países, num primeiro momento, pois o que estamos procurando criar é um meio de integração entre as culturas da América do Sul e jamais um meio de propaganda”, disse.

## Canal terá missão integradora, afirma Armando Rollemberg

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs), Armando Rollemberg, destacou, em entrevista à Agência Senado, ontem, o caráter inovador do canal institucional que transmitirá, internacionalmente, informações a respeito do Brasil.

Além de notícias sobre o país, disse Rollemberg, o canal terá, entre suas principais tarefas, a divulgação das iniciativas de integração dos países que compõem o Mercosul e também de informações de interesse desses países.

– Esse canal de TV jamais terá missão propagandista, mas sim de integração com nossos vizinhos. E a grande novidade desse projeto é a parceria entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, o que mostra o amadurecimento do relacionamento entre os Poderes – afirmou.

## Compartilhamento

O projeto, ressaltou Rollemberg, já surgiu com essa configuração de coordenação compartilhada. Assim, acrescentou, todas as providências são conduzidas em conjunto entre os gestores de comunicação dos órgãos envolvidos. O comitê será composto por um representante da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica da Presidência da República, um do Ministério das Relações Exteriores, um da Radiobrás, um do Senado Federal, um da Câmara dos Deputados e um do Supremo Tribunal Federal.

Embora a intenção do Senado seja a de que a emissora entre no ar rapidamente, Rollemberg disse que não tem como assegurar que isso seja possível, por motivos técnicos e financeiros.